

# Relatório de execução orçamental

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

**1º trimestre 2022**

## 1. ANÁLISE DE RESULTADOS

## 2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

## 3. INVESTIMENTO

## 4. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

*ACRÓNIMOS e FÓRMULAS*

**ANEXO: Parecer dos Órgãos de Fiscalização**

# 1. ANÁLISE DE RESULTADOS

1º trimestre 2022

Demonstração de Resultados	2022				3M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2022	2021	Orç. 2022
Vendas	€	0			0	0	0
Prestação de Serviços	€	4 130 889			4 130 889	4 204 514	4 518 167
<b>Volume de Negócios</b>	€	<b>4 130 889</b>			<b>4 130 889</b>	<b>4 204 514</b>	<b>4 518 167</b>
Custo das vendas/variação inventários	€	0			0	0	0
<b>Margem Bruta</b>	€	<b>4 130 889</b>			<b>4 130 889</b>	<b>4 204 514</b>	<b>4 518 167</b>
Fornecimentos e serviços externos	€	956 086			956 086	741 832	1 566 408
Gastos com pessoal	€	1 782 091			1 782 091	1 717 411	2 017 822
Amortizações	€	74 265			74 265	74 299	37 381
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	€	0			0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	€	10 474			10 474	5 400	28 695
Subsídios ao Investimento	€	0			0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	€	14 717			14 717	1 135 994	0
<b>Resultados Operacionais</b>	€	<b>1 322 691</b>			<b>1 322 691</b>	<b>2 801 565</b>	<b>867 862</b>
Gastos Financeiros	€	664 714			664 714	755 140	678 337
Rendimentos Financeiros	€	4 362 183			4 362 183	4 557 077	3 916 824
Ganhos / (perdas) de investimentos financeiros	€	0			0	0	0
<b>Resultados Financeiros</b>	€	<b>3 697 469</b>			<b>3 697 469</b>	<b>3 801 937</b>	<b>3 238 487</b>
<b>Resultados Antes de imposto</b>	€	<b>5 020 159</b>			<b>5 020 159</b>	<b>6 603 501</b>	<b>4 106 348</b>
Imposto sobre o Rendimento	€	1 200 000			1 200 000	1 640 000	1 046 589
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	€	<b>3 820 159</b>			<b>3 820 159</b>	<b>4 963 501</b>	<b>3 059 760</b>

Nota:  
As rubricas: Rendimentos Construção (IFRIC12) e Desvio Recuperação de Gastos (DGR) não são aplicáveis às contas da AdP SGPS individuais. Estas rubricas apenas integram as DF's das empresas Concessionárias.

Indicadores de Resultados	2022				3M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2022	2021	Orç. 2022
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	€	1 322 691			1 322 691	2 801 565	867 862
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	€	1 396 956			1 396 956	2 875 864	905 242
Margem EBITDA	%	34%			34%	68%	20%
Gastos Operacionais/EBITDA	%	197%			197%	86%	399%

Nota:  
Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano está refletido nas 3 últimas colunas, para cada período em análise.

ENQUADRAMENTO	
<p>A proposta de PAO22 foi submetida em SRIEF no dia 20.12.2020, não tendo sido, até à data, objeto de despacho por parte da SET. No âmbito do processo de análise pela UTAM, foram prestados esclarecimentos complementares, já durante o ano de 2022. Atualmente, aguarda-se parecer e despacho por parte da UTAM e SET, respetivamente.</p> <p>A proposta de PAO 2022, assume a reposição de um nível de eficiência previsto para anos pré-pandemia e apresenta uma recuperação da atividade, através de, nomeadamente um conjunto de projetos prioritários, a necessidade de cumprimento de obrigações legais em matérias de segurança e cumprimento de obrigações legais, sobretudo relativa à frota e a matérias de recursos humanos, assim como quanto ao cumprimento das obrigações que resultam das orientações de mandato.</p> <p>A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do DLEO de 2019 (DL 84/2019, de 28 de junho) e do despacho 686/2021 do SET.</p>	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3,8 M€</b>
<p>O Resultado Líquido regista um total de 3,8 milhões de euros, o equivalente a um desvio de +24,9% face ao previsto. O referido desvio está diretamente relacionado e condicionado pela não aprovação do PAO proposto, obrigando a empresa e a sua gestão a realizar um esforço no sentido de definir como referencial o nível de gastos registado em 2021, que se observa no nível de execução dos Gastos Operacionais face ao previsto.</p>	
<b>Volume de Negócios</b>	<b>4,1 M€</b>
<p>O Volume de Negócios regista um total de 4,1 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -8,6% face ao previsto e de -1,8% face a 2021. Este indicador é composto, essencialmente, pelos Fee's de gestão e, com pouca expressão, pelas participações nos CA's das participadas. Relativamente ao Fee de gestão, até ao final do 1º trimestre, o reconhecimento assentou na especialização, efetuada com base em duodécimos de 2021. Na comparação com o orçamentado, para além do referido, a execução registada, foi impactada pela mensuração do orçamento que não reflete a sazonalidade da atividade de abastecimento, sendo expectável o crescimento da atividade ao longo do ano e por uma situação de seca, que afetou negativamente a atividade de saneamento.</p>	
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>2,8 M€</b>
<p>Os Gastos Operacionais registam um total de 2,8 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -23,6% face ao previsto e de +11,3% face a 2021. Cerca de 97% destes gastos constituem FSE's e Gastos com Pessoal.</p> <p>Os FSE's registam um total de 1,0 milhão de euros, o equivalente a um desvio de -39,0% face ao previsto. A variação registada decorre do já referido esforço de contenção de despesa, uma vez que ainda não existe a aprovação do PAO. Sem prejuízo do referido, as maiores variações observam-se, na rubrica de Trabalhos Especializados, que representam aproximadamente 94,5% do total dos FSE's, designadamente em Assist. Informática (-294 mil €), Pub. e Propaganda (-128 mil €) e Estudos e Consultoria (-89 mil €). No orçamento, foi adotado um exercício de mensuração dos valores anuais, o que origina um aparente desvio desfavorável, não sendo o mesmo expectável com efeitos a 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Os Gastos com Pessoal registam um total de 1,8 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -11,7% face ao previsto. O desvio verificado resulta sobretudo do atraso na concretização das substituições e admissões autorizadas no PAO de 2021. Concorre também para o desvio, o impacto resultante de um conjunto de medidas previstas em orçamento, mas que pelas razões acima expostas, ainda não foram aplicadas (aplicação do previsto em ACT; reposição de 5% da remuneração dos O.S. e 3% de crescimento real da remuneração dos trabalhadores).</p>	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>3,7 M€</b>
<p>Os Resultados Financeiros registam um saldo de 3,7 milhões de euros, o equivalente a um desvio de +14,2% face ao previsto e de -2,7% face 2021. O desvio verificado face ao previsto, resulta sobretudo do aumento dos rendimentos financeiros (+11,4%), nomeadamente, dos juros obtidos dos Suprimentos/Apoios de Tesouraria concedidos às empresas do Grupo (+ 436 mil €).</p>	

## 2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

1º trimestre 2022

Demonstração da Posição Financeira	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
<b>Ativos não correntes</b>	€ 1 331 793 293				1331 793 293	1332 820 847	1126 898 515
Ativo intangível	€ 44 565				44 565	46 911	0
Ativo tangível	€ 71 341				71 341	9 932	65 803
Ativos sob direito de uso	€ 266 257				266 257	336 826	427 316
Emp. Empresas Grupo	€ 617 963 110				617 963 110	619 005 800	407 762 375
Investimentos financeiros em Associadas	€ 713 448 020				713 448 020	713 377 702	718 643 020
Outros	€ 0				0	43 676	0
<b>Ativos correntes</b>	€ 108 659 473				108 659 473	106 754 328	263 777 980
Cientes	€ 8 616 683				8 616 683	3 136 915	2 945 524
Disponibilidades	€ 64 863 675				64 863 675	33 466 508	207 686 863
Emp. Empresas Grupo	€ 34 782 430				34 782 430	69 462 475	51 079 683
Outros ativos correntes	€ 396 684				396 684	688 430	2 065 909
<b>Ativo total</b>	€ 1 440 452 766				1440 452 766	1439 575 175	1390 676 494
Capital Social	€ 434 500 000				434 500 000	434 500 000	434 500 000
Ações próprias	€ 0				0	0	0
Resultados transitados e reservas	€ 451 318 101				451 318 101	395 279 891	423 297 226
Resultado líquido	€ 3 820 159				3 820 159	56 038 209	51 493 331
<b>Capital Próprio</b>	€ 889 638 261				889 638 261	885 818 100	909 290 558
<b>Passivos não Correntes</b>	€ 389 042 382				389 042 382	392 514 974	385 917 731
Financiamentos obtidos	€ 384 029 641				384 029 641	387 500 000	380 681 818
Passivos da Locação	€ 12 741				12 741	14 974	235 912
Outros passivos não correntes	€ 5 000 000				5 000 000	5 000 000	5 000 000
<b>Passivos Correntes</b>	€ 161 772 123				161 772 123	161 242 101	95 468 206
Financiamentos obtidos	€ 156 879 450				156 879 450	156 879 450	91 818 182
Passivos da Locação	€ 174 324				174 324	211 445	436 880
Outros passivos correntes	€ 4 718 349				4 718 349	4 151 206	3 213 144
<b>Passivo total</b>	€ 550 814 505				550 814 505	553 757 075	481 385 936
<b>Passivo + Capital Próprio</b>	€ 1 440 452 766				1440 452 766	1439 575 175	1390 676 494

Indicadores da Posição Financeira	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
<b>Autonomia Financeira</b>	%	62%			62%	62%	65%
<b>Liquidez Geral</b>	n.º	0,7			0,7	0,7	2,8
<b>Solvabilidade</b>	n.º	1,6			1,6	1,6	1,9
<b>ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue</b>	%	0,4%			0,4%	0,1%	0,2%
<b>ROE - Rentabilidade do Capital Próprio</b>	%	1,7%			1,7%	6,3%	5,7%
<b>ROA - Rentabilidade dos Ativos</b>	%	1,1%			1,1%	3,9%	3,7%

Nota: Estes indicadores são atualizados nas componentes de resultados

Indicadores da Posição Financeira	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
PMP (conforme RCM n.º 933/2008 de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009)	Dias	29			29	38	20

Posição Patrimonial - Ativo	1 440,5 M€
O <b>Ativo Total</b> regista um valor de 1.440,5 milhões de euros, apresentando uma variação de + 49,8 milhões de euros face ao previsto e de +0,9 milhões de euros face a dezembro de 2021.	
O aumento face ao previsto para o final de 2022 assenta fundamentalmente na variação em: i) <b>Empréstimos a Empresas do Grupo (MLP) - Suprimentos</b> , que registam à data +210,2 milhões de euros, cujo reembolso está projetado até final do ano; e ii) <b>Disponibilidades</b> , que regista uma variação de -142,8 milhões de euros, que representa a contrapartida do registo de reembolsos a realizar ao longo de 2022.	
A rubrica de <b>Investimentos Financeiros em Associadas</b> regista um saldo de 713,4 milhões de euros. Até o final de 2022 encontra-se previsto um investimento de aproximadamente 5,0 milhões de euros, para reforço da posição acionista, eventual quinhora de prejuízos ou para reforço de capital em função da concretização do novo quadro estratégico do Grupo. Até à data, não houve qualquer execução.	
A dívida de <b>Cientes</b> regista um valor total de 8,6 milhões de euros, apresentando uma variação de +5,7 milhões de euros face ao previsto e de +5,5 milhões de euros face a 2021. Cerca de 75% deste saldo corresponde ao reconhecimento (especialização) de juros dos empréstimos, às comissões BEI e ao fee de gestão do período. A diferença face ao previsto para o final de 2022, decorre em parte do facto de que em sede de orçamento, se previu faturação e recebimento dos valores estimados de acordo com os prazos médios contratados.	
A rubrica de <b>Ativos Correntes</b> - Emp. Empresas do Grupo, constitui os Apoios de Tesouraria prestados pela SGPS. Regista, à data, um valor de 34,8 milhões de euros, que representa uma variação de -16,3 milhões de euros face ao previsto para final de 2022 e de -34,7 milhões de euros face a dezembro de 2021. No saldo a março, os apoios, incorporam o valor de 11,8 milhões de euros de suprimentos reclassificados, no fecho de 2021. No 1º trimestre, observou-se a redução líquida dos apoios de tesouraria em 21,7 milhões de euros.	
Posição Patrimonial - Passivo	550,8 M€
O <b>Passivo Total</b> regista um valor de 550,8 milhões de euros, apresentando uma variação de + 69,4 milhões de euros face ao previsto e de -2,9 milhões de euros face a dezembro de 2021. É composto sobretudo por dívida financeira, essencialmente obrigacionista, com amortizações anuais programadas até 2028, destacando-se, em 2022 uma amortização extraordinária de 150 milhões de euros.	
Posição Patrimonial - PMP	29 Dias
No âmbito do cumprimento das orientações legais, assinala-se o cumprimento da RCM n.º 34/2008 referente ao Prazo Médio de pagamentos. O indicador é calculado com base na média dos últimos 4 trimestres.	

## 2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

1º trimestre 2022

Financiamento	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
<b>Empréstimos e Passivos da Locação equiparados</b>	€ 540 909 091				540 909 091	544 379 450	472 500 000
<b>Médio e Longo Prazo</b>	€ 384 029 641				384 029 641	387 500 000	380 681 818
BEI	€ 0				0	0	0
Banca Comercial	€ 384 029 641				384 029 641	387 500 000	380 681 818
Empresas do grupo	€ 0				0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0				0	0	0
Outros	€ 0				0	0	0
<b>Curto Prazo</b>	€ 156 879 450				156 879 450	156 879 450	91 818 182
BEI	€ 0				0	0	0
Banca Comercial	€ 156 879 450				156 879 450	156 879 450	91 818 182
Empresas do grupo	€ 0				0	0	0
Descobertos bancários	€ 0				0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0				0	0	0
Outros	€ 0				0	0	0

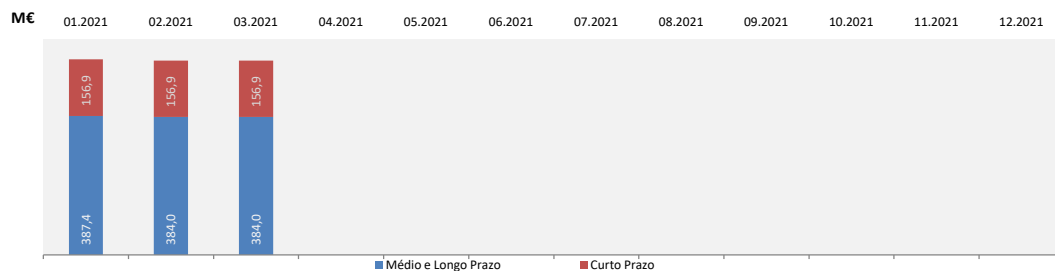
\* Para o Financiamento apenas se considera o Passivo da Locação relativo a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não se inclui o passivo da locação relativo aos contratos de AOV

Indicadores de Financiamento	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
<b>Dívida Financeira</b>	€ 540 909 091				540 909 091	544 379 450	472 500 000
<b>Debt to Equity</b>	€ 0,6				0,6	0,6	0,5
<b>Net Debt - Endividamento líquido</b>	€ 476 045 416				476 045 416	510 912 942	264 813 137
<b>Net Debt to EBITDA</b>	€ 85				85	71	114

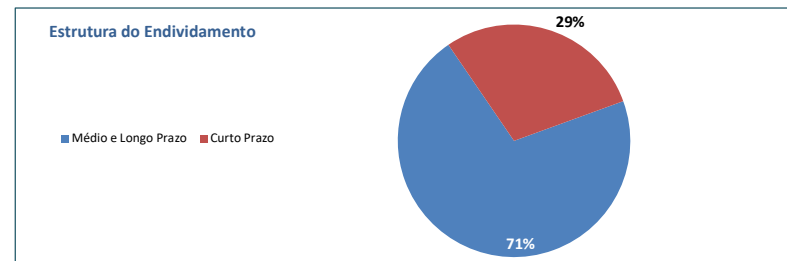
Nota: EBITDA ajustado, com valor estimado para 12 meses

No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

### Evolução do Endividamento



Dívida Financeira	540,9 M€
<p>A Dívida Financeira Total regista um valor de 540,9 milhões de euros, o que representa uma variação de + 68,4 milhões de euros face o previsto para final de 2022 e de - 3,47 milhões de euros face a dezembro de 2021. Para dezembro de 2022, foi previsto, dentro da política do grupo, o recurso a excedentes de tesouraria das empresas do grupo, para fazer face a eventuais compromissos.</p> <p>Atualmente a Dívida Financeira da empresa é composta por Empréstimo Obrigacionista, composto por 384,0 milhões de euros em M/L/P e por 156,9 milhões de euros de C/P. Esta dívida, prevê uma amortização programada de capital no valor de 6,8 milhões de euros ano (a liquidar em 2 tranches anuais - fevereiro e agosto), estando prevista uma amortização adicional de 150 milhões de euros até ao final do ano.</p> <p>Em 2022 tem continuidade a gestão centralizada do financiamento e disponibilidades do Grupo, para uma gestão integrada das necessidades financeiras, que permite acautelar e mitigar situações de ruturas de tesouraria.</p>	
Net Debt - Endividamento líquido	476,0 M€
<p>O Endividamento Líquido regista um valor de 476,1 milhões de euros, sendo este composto pelos empréstimos obrigacionistas (540,9 M€), deduzido das Disponibilidades (64,9 M€). Está previsto, até final do ano, a redução deste indicador em função da liquidação programada do apoio acionista prestado às empresas do Grupo.</p>	



### 3. INVESTIMENTO

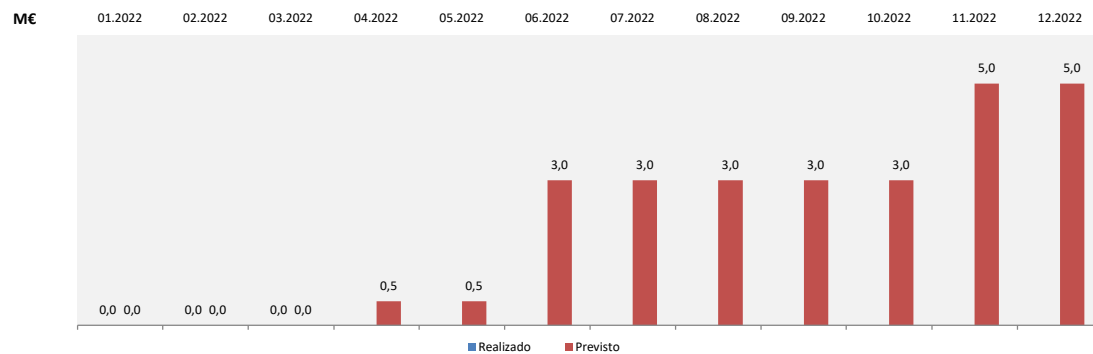
1º trimestre 2022

Unid: Eur

Investimento	2022				Acumulado 2022	12M	
	3M	6M	9M	12M		2021	Orç. 2022
<b>Investimento</b>	€	0			0	918 000	5 000 000
Participações financeiras	€	0			0	918 000	5 000 000

Investimento	0,0 M€
<p>A rubrica de Investimentos Financeiros apresenta um saldo de 713,5 milhões de euros. Até à data, não foi houve qualquer execução.</p>	

#### Investimento mensal acumulado: realizado vs previsto



#### 4. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

1º trimestre 2022

Indicadores e Gastos Operacionais	2022				3M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2021	Orç. 2022	2021	Orç. 2022
<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>	€ 2 738 177				2 459 244	3 584 230	11 237 765	14 693 606
(1) CMVCM	€ -				-	-	0	0
(2) FSE's	€ 956 086				741 832	1 566 408	4 075 972	6 439 657
(3) PESSOAL (DR)	€ 1 782 091				1 717 411	2 017 822	7 161 793	8 253 949
i) impacto repos. direitos previstos nos IRCT	€ -				-	57 124	-	228 495
ii) impacto valoriz. remun. não abrang. por IRCT	€ -				-	-	-	-
iii) Rescisões/Indemnizações	€ -				-	-	148 126	80 096
<b>EFEITO COVID</b>	€ -				-	6 241	-	18 086
iv) FSE's - Efeitos COVID	€ -				-	-	-	-
v) Pessoal - Efeitos COVID	€ -				-	6 241	-	18 086
vi) Viaturas - Efeitos COVID	€ -				-	-	-	-
vii) VN - Efeitos COVID	€ -				-	-	-	-
<b>OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS</b>	€ 124 469				97 307	660 295	747 770	1 489 439
viii) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de	€ 4 243				2 774	16 347	38 837	61 215
ix) Gastos com as viaturas <sup>(a)</sup>	€ 61 529				55 097	128 515	275 747	568 621
x) Gastos com estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 58 697				39 435	515 434	433 186	859 603

#### INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (1)/(5) <sup>(b)</sup>	%	66,3%	58,3%	79,3%	67,9%	81,3%
(4) Gastos Operacionais <sup>(b)</sup> = (1) + (2) + (3) + (iv) + (v)	€ 2 738 177		2 453 002	3 584 230	11 219 680	14 693 606
(5) Volume de Negócios <sup>(c)</sup> = (VN) + (vii)	€ 4 130 889		4 204 514	4 518 167	16 535 551	18 072 668
<b>Gastos com Pessoal <sup>(d)</sup> = (3) - (i) - (ii) - (iii) + (v)</b>	<b>€ 1 782 091</b>		<b>1 711 170</b>	<b>1 960 698</b>	<b>6 995 581</b>	<b>7 945 358</b>
<b>Rubricas Operacionais <sup>(e)</sup> = (vi) + (viii) + (ix)</b>	<b>€ 65 772</b>		<b>57 872</b>	<b>144 862</b>	<b>314 584</b>	<b>629 836</b>
<b>Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult. (f) = (x)</b>	<b>€ 58 697</b>		<b>39 435</b>	<b>515 434</b>	<b>433 186</b>	<b>859 603</b>

#### NOTAS:

- a) Inclui: rendas/amortizações, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, portagens, estacionamento, pneumáticos e taxas e impostos;  
b) A rubrica de gastos com pessoal não é corrigida conforme o constante na alínea a) do nº3 do artigo 158 do DLEO nº 84/2019, de 28 de junho;  
c) O volume de negócios não incorpora o DRG e a IFRIC 12;  
d) Conforme alínea a) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;  
e) Conforme alínea b) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;  
f) Conforme alínea c) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho

Indicador Financeiro	2022				3M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2021	Orç. 2022	2021	Orç. 2022
<b>ENDIVIDAMENTO - LOE 2021 (artº ...)</b>								
Financiamento Remunerado	€ 540 909 091				547 727 273	547 727 273	544 379 450	472 500 000
<b>Var. Endiv. (DLEO 2019 (artº159) e IEIPG 2020 (nº4.2))</b>	<b>% -0,4%</b>				<b>-10,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>-7,3%</b>

Indicador Operacional	2022				3M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2021	Orç. 2022	2021	Orç. 2022
<b>RH - LOE 2021 (artº ...), DLEO 2019 (artº157) e IEIPG ... (nº...)</b>								
Número Total de RH (OS +Trabalhadores)	Nº 120				119	120	120	122
N.º Órgãos Sociais (OS)	Nº 13				13	13	13	13
N.º Trabalhadores (exceto OS)	Nº 107				106	107	107	109

#### NOTAS:

O rácio de ENDIVIDAMENTO trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2019. O rácio de ENDIVIDAMENTO de 2019 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2018. O rácio de ENDIVIDAMENTO do Orç. 2021 é calculado com base no real a dezembro de 2019.

Princípio Financeiro - PRC	3M			Ano Referência
	2022	2021	2019	
Gastos com Pessoal	€ 1 782 091	1 717 411	926 287	
Órgãos Sociais	€ 161 201	136 296	158 665	
Absentismos (**)	€ -	-	-	
<b>Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismos)</b>	<b>€ 1 620 890</b>	<b>1 581 115</b>	<b>767 622</b>	<b>2021</b>
<b>Rubricas Operacionais (*)</b>	<b>€ 65 772</b>	<b>63 009</b>	<b>48 023</b>	<b>2021</b>
<b>Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult.</b>	<b>€ 58 697</b>	<b>67 589</b>	<b>2 444</b>	<b>2021</b>

(\*) Valor engloba gastos com Viaturas, Deslocações, Alojamento e Ajudas de Custo

(\*\*) Indicador a apurar no final do exercício

#### Pressupostos de Análise:

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações orçamentais é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2019 (DL 84/2019, de 28 de junho) e do despacho 686/2021 do SET de 29 de julho.

#### PESSOAL

Os valores apurados e estimados que compõem os efeitos COVID em Gastos com Pessoal são fundamentalmente gastos incorridos com equipamento de proteção e linha de apoio psicológico.

Para efeito de cálculo dos princípios orçamentais, adotou-se o disposto no DLEO 84/2019 de 28 de junho, assim como das IEIPG para 2022. Nos termos do nº4 do despacho nº398/2020 do SET, para avaliação do rácio GO/VN, aos gastos operacionais (GO) devem ser subtraídos gastos operacionais que resultem das medidas tomadas para fazer face à pandemia.

#### Análise:

O indicador **GO/VN** apresenta um valor de 66,3%, o equivalente a um desvio de -13,0 p.p. face ao previsto para o 1º trimestre (79,3 %) e de -15,0 p.p. face ao previsto para o final de 2022 (81,3%). O desempenho positivo deste indicador (e seu cumprimento) decorre sobretudo da variação positiva do GO (-24%) face ao previsto, conjuntamente com a redução do VN (-9%), sendo esta última inferior à redução verificada no GO.

Se comparado com igual período de 2021 (58,3%), verifica-se um agravamento do indicador, decorrente do aumento do GO (+11,3%), em contrapartida da redução verificada no VN (-1,8%). Este efeito decorre do enquadramento feito no primeiro capítulo, existindo a expectativa de cumprimento em referência a 31 de dezembro de 2022

O indicador **Gastos com Pessoal** regista um total de 1,8 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -11,7% face ao previsto para o 1º trimestre. O desvio verificado resulta sobretudo do atraso na concretização das substituições e admissões autorizadas, bem como do impacto resultante de um conjunto de medidas previstas em orçamento, mas que à data ainda não se encontram aplicadas (Aplicação do previsto em ACT; reposição de 5% da remuneração dos O.S. e 3% de crescimento real da remuneração dos trabalhadores).

Se comparado com igual período de 2021, verifica-se um ligeiro agravamento do indicador (+3,8%), decorrente sobretudo de variações ocorridas no nº de trabalhadores.

O indicador **Rubricas Operacionais** regista um valor de 66 mil euros, que corresponde a um desvio de -54,6% face ao previsto. É expectável o cumprimento deste indicador no final do ano. Se comparado com igual período de 2021, verifica-se um agravamento do indicador (+13,7%), decorrente sobretudo pelo aumento com os gastos com viaturas. É expectável o cumprimento do indicador no final do ano.

O indicador **Gastos c/ estudos, pareceres, proj. consult** regista um valor de 59 mil euros, o equivalente a um desvio de -88,6% face ao previsto para o 1º trimestre. É expectável o cumprimento do indicador no final do ano.

#### Endividamento:

O indicador **Endividamento** regista um valor de 540,9 milhões de euros, o equivalente a uma redução de 6,8 milhões de euros face a igual período de 2021. Esta redução decorre da amortização de capital programada do empréstimo obrigacionista (valor pago em 2 parcelas anuais, ocorridas nos meses de fevereiro e agosto)

Conforme previsto na LOE e no DLEO para 2019, existe um limite de crescimento do endividamento da empresa, até 2% face a 2021. No 1º trimestre de 2022 e conforme disposto no artº159 do DLEO, este indicador regista uma redução de 0,4% face a dezembro de 2021.

#### Recursos Humanos:

No 1º trimestre não se constata qualquer aumento do nº de trabalhadores, face ao registado no final de 2021.

O total de colaboradores corresponde ao previsto para o 1º trimestre, 120 trabalhadores (incluindo 6 em processo de substituição e 1 admissão). Constituem os órgãos sociais: 6 membros do CA, 1 ROC, 3 membros do CF, 3 membros da AG, num total de 13. Neste âmbito, dá-se nota de que o secretário da sociedade está considerado como colaborador e não como Órgão Social.

#### Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (Despacho nº 686/2021 - SET)

No âmbito do ponto 3.1. das IPG, é estabelecida, para efeitos de monitorização, a necessidade de definição do ano de referência para cada uma das rubricas em análise, em função do maior valor anual real atingido em períodos anteriores. No caso da Adp SGPS, para os 3 indicadores é o ano de 2021 a referência. A tabela reflete essa referência.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
<b>Gerais</b>	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdA	Águas do Algarve
AdAM	Águas do Alto Minho
AdCL	Águas do Centro Litoral
AdNorte	Águas do Norte
AdP	Águas de Portugal
AdVT	Águas do Vale do Tejo
AgdA	Águas Públicas do Alentejo
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
<b>Indicadores</b>	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
ROA	Rentabilidade dos Ativos
ROCE	Rentabilidades do Capital Empregue
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
<b>Unidades</b>	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
<b>FÓRMULAS</b>	
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)
EBITDA	Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento
Fundo de Maneio	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Gastos Operacionais	Custo das vendas + FSE + Gastos com Pessoal + Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Outros Gastos Operacionais
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
ROA	Resultado Líquido / Ativo Total
ROCE	EBIT / (Capital Próprio)
ROE	Resultado Líquido / Capital Próprio
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total
Variação do Endividamento	$[(\text{Financiamento Remunerado}_N - \text{Financiamento Remunerado}_{N-1}) + (\text{Capital Social}_N - \text{Capital Social}_{N-1})] / [(\text{Fundo de Remuneração}_{N-1} + \text{Capital Social}_{N-1})]$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços



---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º  
4100-113 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2022

## Introdução

Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, apresentamos o nosso relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º trimestre de 2022, da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), cujos mapas financeiros apresentam um valor de ativo orçamentado e real de 1.445.662.232 euros e 1.440.452.766 euros, respetivamente, de capital próprio orçamentado e real de 889.130.533 euros e 889.638.261 euros, respetivamente, e um resultado líquido orçamentado e real de 3.059.760 euros e 3.820.159 euros, respetivamente.

## Responsabilidades

O Conselho de Administração procedeu à elaboração do referido Relatório sobre a Execução orçamental do 1.º trimestre de 2022, para cumprimento do diploma legal mencionado no parágrafo anterior.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação da informação contida no referido relatório, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada, quanto a se a informação contida no Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2022, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente, em indagações, procedimentos analíticos e análise documental destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação contida no referido Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2022;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação constante do Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2022.

Adicionalmente, devemos ainda referir que (i) efetuámos os contactos considerados adequados nas circunstâncias, tendo obtido todos os esclarecimentos necessários; (ii) analisámos a evolução da situação económica e financeira da Empresa; e (iii) verificámos o cumprimento das obrigações legais.

## Conclusões

Não tomámos conhecimento de que as políticas e procedimentos contabilísticos da Empresa tenham registado alterações significativas no 1.º trimestre de 2022, sendo os valores reportados decorrentes dos processamentos e registos das operações / transações realizadas no período em análise, tendo em conta o mencionado no parágrafo anterior.

Consideramos adequadas as divulgações efetuadas no Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º trimestre de 2022, nomeadamente no que respeita aos desvios verificados.

O Despacho n.º 682/2021 – SET, de 29 de julho de 2021, define as instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, das empresas públicas não financeiras do SEE. Consta deste diploma a indicação de que tendo os anos de 2020 e 2021 sido, para a generalidade das empresas do SEE, anos atípicos, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração dos planos anual e plurianual, nomeadamente para estimativas para 2022, será o ano de 2019 ou 2021, consoante o que registar volume de negócios superior.

Relativamente aos indicadores financeiros verificámos o seguinte:

- a) O indicador de eficiência operacional é de 66,3% encontrando-se acima do rácio atingido em 2021 (58,3%) e abaixo do previsto para 2022 (79,3%);
- b) Os gastos com pessoal estão acima do verificado no período de 2021, mas abaixo do valor orçamentado;
- c) Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma diferença para mais de 29% face ao valor do período de 2021 e de menos 39% face ao montante orçamentado;
- d) O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e gastos associados à frota automóvel considerados como rubricas operacionais estão acima do valor do período de 2021 e abaixo do valor orçamentado.

Assim, tendo em conta o disposto no n.º 7 do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, verificámos o ponto 4. do Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º trimestre de 2022, que apresenta a evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na Lei do Orçamento do Estado, sendo que consideramos adequada a informação divulgada naquele ponto e que a informação se encontra em cumprimento com o disposto naquele artigo, exceto quanto ao referente aos gastos com pessoal, aos gastos considerados nas rubricas operacionais e gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se encontram acima do valor do período homólogo de 2021. Adicionalmente, deve ser ainda referido que, tendo em conta

que a evolução dos gastos com pessoal não é linear ao longo do ano, é expectável que o acumulado daqueles gastos na totalidade do ano, esteja em cumprimento com o disposto no artigo supracitado.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os dados e divulgações constantes do Relatório sobre a Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2022, tendo em conta o descrito no parágrafo acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tal informação não esteja isenta de distorções materialmente relevantes e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

17 de agosto de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

CM  
/

**Relatório do Conselho Fiscal  
da  
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA**

**1.º Trimestre de 2022**

O presente Relatório é emitido nos termos da alínea I), do número 1, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e destina-se a ser enviado à Inspeção-Geral de Finanças e a Parpública, SGPS, S.A., juntamente com o Relatório apresentado pela Sociedade, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do primeiro trimestre de 2022, a gestão e a evolução da situação económica e financeira, bem como a execução orçamental da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (AdP).

No quadro da cooperação mantida com o Conselho de Administração e com os quadros da AdP, o Conselho Fiscal dispôs dos elementos necessários ao acompanhamento da sua situação de forma a emitir o presente Relatório.

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com as competências previstas na Lei e nos Estatutos da Sociedade. Considerando o trabalho desenvolvido, não foram identificados, com exceção do referido abaixo, factos relevantes ou críticos, ou anomalias no funcionamento da Sociedade suscetíveis de serem relatados no âmbito do presente Relatório.

A informação disponibilizada relativamente ao primeiro trimestre foi analisada em sessão do Conselho Fiscal.

Foi entendimento dos membros deste conselho, efetuar a análise tendo em atenção os desvios do executado (real) face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO), **embora este ainda não tenha sido aprovado pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças**, bem como a sua comparação com o período homólogo de 2021.

Relativamente aos desvios entre o executado e o PAO, destaca-se o desvio favorável do Resultado Líquido de aproximadamente 24,85% (0,76M€). Este resultado está diretamente relacionado com a melhoria dos gastos operacionais em cerca de 23,60% (0,85M€) resultante da diminuição verificada nas rubricas Fornecimentos e Serviços Externos de -39% (0,6M€) e gastos com o Pessoal de -11,7% (0,23M€), no entanto estas melhorias não são expectáveis

no final do ano, no cenário de uma aprovação do PAO, uma vez que e atendendo a decisão por parte da gestão, quanto a efetuar um esforço de contenção de despesa, definido como referencial o nível de gastos registado no ano de 2021, decorre da não aprovação do PAO. Acresce ainda que, pelo mesmo motivo, não foram aplicadas algumas das medidas previstas no ACT bem como a reposição de 5% da remuneração dos O.S. e os 3% de crescimento real da remuneração dos trabalhadores.

O indicador do Endividamento apresenta uma redução de 6,8 milhões de euros face a igual período de 2021, registando em 31/03/2022 um valor de 540,9 milhões de euros.

No trimestre em análise evidencia-se o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN), tendo este se cifrado nos 66,3%, superior em 8 p.p. comparativamente ao período homólogo de 2021, no entanto e analogamente ao previsto para o 1º trimestre de 2022 (79,3%) este rácio apresenta um desvio de -13 p.p.

Relativamente ao período homólogo de 2021 o agravamento resulta da diminuição do Volume de Negócios (1,75% → 0,1M€), e do aumento dos gastos operacionais (11,34% → 0,28M€).

O Conselho Fiscal observa que, até ao momento, não se encontra a ser cumprido o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 144º do Decreto-Lei nº 53/2022 (Execução Orçamental de 2022), sendo o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e viaturas superior aos suportados em período homólogo de 2021, no entanto o mesmo cifra-se abaixo do valor do PAO, verificando-se o mesmo para o conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias, ou seja, estes encontram-se acima dos valores do primeiro trimestre de 2021, mas abaixo dos valores previstos no PAO.

Comparativamente ao período homólogo de 2021, realça-se a diminuição dos resultados líquidos em 23,03% (-1,14M€) relacionados essencialmente com a diminuição dos resultados operacionais (-52,79% resultante da diminuição do VN (-1,75%) do agravamento dos FSE (28,88%) e ao facto de este ano não se verificarem Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais superiores a 1M€ como em 2021 provenientes de restituições de IVA \_substituição de declarações de IVA dos anos de 2016, 2017 e 2018), bem como da diminuição dos resultados financeiros (-2,75%).

Em termos consolidados, observa-se, face ao período homólogo de 2021, um ligeiro aumento do Volume de Negócios em cerca de 0,53% (0,9M€). Verifica-se um aumento das Vendas (+6,09%) em quase todas as empresas do grupo, mas por outro lado constata-se uma diminuição dos serviços prestados (-5,17%) pelo grupo.

Destaca-se o aumento do VN, na EPAL, SA (+2,8M€) e nas Águas do Algarve, SA (+0,7M€) e em sentido contrário a diminuição nas Águas do Norte, SA (-2,2M€) e nas Águas do Centro Litoral, SA (-1,1M€).

Constata-se igualmente um acréscimo do RL do período em cerca de 19,75% (3,8M€), marcado pelo aumento dos resultados operacionais (12,3% → 3,8M€) e dos resultados financeiros (22,68% → 1M€) e do aumento das taxas das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos, indexante utilizado para a determinação dos Resultados Líquidos dos Sistemas Multimunicipais e Parcerias Estado-Autarquias, de 0,14% em 31-03-2021 para 0,94% em 31-03-2022.


O rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN) no primeiro trimestre de 2022 cifrou-se nos 47,23%, menos 0,88 p.p. face ao primeiro trimestre de 2021, verificando-se igualmente um aumento do EBITDA em 1,3 M€ (1,5%) explicado principalmente por redução dos FSE.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) face a março de 2021, reduziram em 3,62% (-1,7M€), explicado em parte diminuição dos gastos com Eletricidade em -33,86% (-5,1M€) e dos gastos com Estudos/ Consultoria / Auditoria em -30,14% (0,35M€) contrabalançados com aumento entre outros dos gastos Conservação e reparação (15,53% → 1,4M€) e com Tratamento de resíduos e efluentes (43,89% → 1,6M€).

Verificou-se igualmente que o Grupo AdP, no 1º trimestre de 2022, registou um ligeiro aumento dos Gastos com o Pessoal (2,29% → 0,6M€), nomeadamente nas remunerações face ao período homólogo de 2021.

Os resultados financeiros, embora ainda negativos, apresentam, face ao período homólogo, uma melhoria de aproximadamente 22,68% (1,1M€) influenciada essencialmente pela diminuição dos juros suportados com os empréstimos junto do BEI (13,37% → 0,9M€).

O Conselho Fiscal destaca a manutenção da tendência recente verificada ao nível do défice tarifário, traduzida num superavit da conta Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), desvio bruto de 14,1M€. Não obstante, a questão do DRG deverá continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração atenta a respetiva materialidade (em 31.03.2022 ascendia a cerca de 583M€).




No primeiro trimestre de 2021, o endividamento líquido consolidado teve um decréscimo de 26,2M€ face a 31 de dezembro de 2021.

Como já referido nos relatórios anteriores é motivo de preocupação deste conselho fiscal e que deve continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração, a deterioração dos recebimentos dos clientes, tendo as dívidas de clientes de curto prazo, alcançando até ao 1º trimestre de 2022 o valor de 310M€, em termos brutos, um acréscimo de 6,96% (20,2M€) face a 31-12-2021.

Lisboa, 17 de outubro de 2022

O Conselho Fiscal,



Carla Ribeiro  
(Presidente)



Mário José Alveirinho Carrega  
(Vogal)



Rui Mendes Cabeças  
(Vogal)